

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.340 - SP (2019/0149765-6)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**RECORRIDO : JEFFERSON HENRIQUE DA SILVA**  
**ADVOGADO : GUTEMBERG TAVARES DE FRANÇA - SP151853**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça que deu provimento à apelação da defesa para absolver o réu por falta de materialidade delitiva.

Depreende-se da análise dos autos que Jefferson Henrique da Silva, após regular instrução processual, foi condenado pela prática dos crimes previstos no art. 304 c/c o art. 297 do Código Penal a 2 (dois) anos de reclusão, em regime inicial aberto e ao pagamento de dez dias-multa, substituída a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito (e-STJ fls. 128-138).

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento ao recurso da defesa (e-STJ fls. 143-146) para absolver o réu em virtude de falta de provas aptas a sustentar a condenação (e-STJ fls. 171.177).

Os embargos de declaração opostos pelo Ministério Público foram rejeitados (e-STJ fls. 206-216).

Nas razões recursais, o *Parquet* alega que a Corte de origem negou vigência ao art. 619 do Código de Processo Penal ao rejeitar os embargos de declaração.

Sustenta, ainda, que o Tribunal local contrariou o art. 616 do Código de Processo Penal, ao deixar de aplicá-lo.

Requer, ao fim, o provimento do recurso, para que sejam anulados os acórdãos proferidos nos julgamentos da apelação e dos aclaratórios, a fim de que outro seja prolatado pelo Tribunal bandeirante, com o reconhecimento da materialidade delitiva e, por conseguinte, o restabelecimento da condenação imposta ao recorrido pelo Juízo singular.

Subsidiariamente, pede que, se por força da rejeição dos embargos declaratórios, não se entenda prequestionada a matéria atinente à "aplicabilidade do art. 616 do Código de Processo Penal", o feito seja remetido ao Tribunal de origem para que sejam enfrentadas as teses constantes dos embargos (e-STJ fls. 185-205).

Contrarrazoada a insurgência (e-STJ fls. 225-227), após juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fl. 230), os autos ascenderam a este Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal ofertou parecer pelo provimento do inconformismo (e-STJ fls. 239-250).

É o relatório.

Decido.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

Inicialmente, a sentença condenatória está vazada nestes termos (grifos acrescidos):

**(...) A materialidade do crime é comprovada pelo auto de exibição e apreensão de fls. 27/28, pelo laudo do objeto**

*(fls. 84/87, que constatou a falsidade da CNH em nome do Réu), os quais foram corroborados pela prova testemunhal colhida em Juízo, sempre sob a égide dos princípios do contraditório e da ampla defesa (artigo 5º, LV, da Constituição Federal) (e-STJ fl. 131).*

O Tribunal *a quo*, por sua vez, absolveu o réu da condenação pelo uso de documento público falso, sob os seguintes fundamentos (grifos acrescidos):

*Para que se caracterize o delito em comento, é essencial que a falsidade seja capaz de enganar e não seja facilmente observável, colocando-se efetivamente em perigo a fé pública.*

*Ocorre que, no caso em comento, muito embora haja auto de exibição e apreensão (fls. 27/28) e laudo do objeto constatando a falsidade da CNH em nome do réu (fls. 84/87), a peça, em si, não foi acostada aos autos, de modo que sem ela não é possível provar a materialidade do fato ou verificar se a falsidade era apta a iludir.*

*A existência do documento e sua apresentação nos autos revelam-se imprescindível para prova da materialidade e posterior análise da aptidão a produzir ofensa a fé pública, já que, se inapto, não há que se falar no delito de falsidade e, por consequência, no uso de documento falso. (e-STJ fl. 175)*

Diante do aresto absolutório, fundamentado na imprescindibilidade do acostamento aos autos da CNH, o Ministério Público estadual opôs embargos de declaração visando a obter pronunciamento sobre a não aplicação do disposto no art. 616 do Código de Processo Penal e no § 5º do art. 11 da lei nº 11.419/2006, *in verbis*:

*Código de Processo Penal*

*Art. 616. No julgamento das apelações poderá o tribunal, câmara ou turma proceder a novo interrogatório do acusado, reinquirir testemunhas ou determinar outras diligências.*

*Lei 11.419/2005*

*Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.*

*[...]*

*§ 5º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de*

*petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.*

Sustentou o embargante que, ao considerar imprescindível a apreciação do documento falso depositado em cartório, cuja digitalização se mostrou tecnicamente inviável, a douta Desembargadora poderia ter convertido o julgamento em diligência, a fim de apreciar o citado documento, e comprovar a materialidade delitiva.

O *Parquet* estadual, na oportunidade, destacou, ainda, a existência nos autos de laudo "**que atestou a falsidade da CNH apreendida, [...], a confirmar as provas orais que evidenciaram a capacidade ludibriante do falso documento**".

Pediu, assim, que fosse "*suprida a omissão quanto à análise do teor de fls. 84 (disponibilização da peça em cartório) querendo que V. Excelência, determine, se necessário, a pronta remessa e apresentação da peça periciada para verificação pessoal*".

A Corte de origem, ao rejeitar os embargos declaratórios, asseverou:

*No caso concreto, tratando-se o documento de **Carteira Nacional de Habilitação**, não vislumbro a subsunção dos fatos à hipótese legal prevista no artigo 11, §5º, da Lei nº 11.419/2006, que dispõe que os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegitimidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.*

*Ademais, inobstante o ofício acostado à fl. 84, não há nos autos certidão do cartório que consigne o efetivo depósito do documento por motivo de ilegitimidade ou outra circunstância. (e-STJ fl. 215)*

Depreende-se do excerto transcrito que não há falar em omissão do acórdão recorrido, nem tampouco em afronta ao art. 619 do CPP, porquanto a matéria foi objeto de apreciação pelo Tribunal de origem.

De outro lado, é indubitável que o aresto recorrido negou vigência ao art. 616 do CPP, ao absolver o réu por falta de materialidade delitiva, com fundamento na ausência do documento nos autos (digitais), inviabilizando a verificação física da peça periciada, embora essa estivesse depositada e sua apresentação pudesse ser determinada em diligência.

Observa-se, outrossim, que não há no aresto impugnado a negativa de existência ou de validade do laudo, emitido por perito oficial, que atestou a falsidade da CNH apreendida.

Ademais, constando dos autos a disponibilidade do documento em cartório (e-STJ fl. 85) e entendendo o Tribunal *a quo* pela imprescindibilidade da presença física daquele para a comprovação da materialidade delitiva, poderia ter determinado sua pronta remessa e apresentação para a verificação desejada, nos termos do art. 616 do CPP.

Assim, ao não fazê-lo, contrariou o dispositivo em comento, não podendo,

deste modo, arrazoar falta de materialidade delitiva pela inviabilidade de verificação material do elemento periciado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, inciso III, do Regimento Interno do STJ, **dá-se parcial provimento ao recurso especial** para determinar o retorno dos autos à Corte de origem para que converta o julgamento em diligência para apresentação do documento falso depositado em cartório, que foi anexado ao laudo pericial (e-STJ fls. 86-87).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Ministro

